



A saúde pública enquanto direito social: a situação da cidade de Marília-SP de 2009 a 2014 em relação aos atendimentos do SUS

Ana Carolina do Carmo Pereira (Autor), Jair Pinheiro (Orientador)

No período em que o SUS foi instituído, nosso país passava por dois momentos significativos: além da redemocratização pós-ditadura em curso, havia no mundo uma crise do Welfare State e o crescimento do chamado neoliberalismo. O setor da saúde foi um dos mais afetados pela política econômica neoliberal. A questão que se coloca atualmente é: porque, segundo a Constituição Federal de 1988, todos têm direito à saúde e esta é dever do Estado, mas na prática o que se observa é a negação regular dele através do manejo dos instrumentos jurídico-administrativos pelo governo? Tivemos como objetivo geral buscar elementos bibliográficos que contribuíssem para uma reflexão crítica quanto à relação entre direitos sociais e a execução das políticas públicas, mais especificamente em relação à saúde pública. Desdobrou-se como objetivo particular, caracterizar a situação do município de Marília-SP em relação à saúde pública, através da análise de dados concretos, aliada à análise sistemática da doutrina legal. Através do levantamento de dados administrativos, traçamos um panorama geral da situação de nosso objeto, comparando o que preconiza a legislação com os dados de execução da política de saúde desse município. Os resultados dessa primeira etapa comparativa serão confrontados com a leitura de obras que darão base à perspectiva crítica adotada por esse trabalho. As conclusões da pesquisa ainda são parciais, no entanto, pode-se constatar que a saúde enquanto direito social não é garantida pelo Estado aos cidadãos de forma integral, pois o próprio aparato jurídico-político foi concebido como um instrumento de manutenção do modelo de sociedade capitalista. O que ocorre é que grande parte das críticas é voltada aos problemas de gestão local, corrupção e desvio de verbas – e é claro que esses elementos agravam a situação – contudo, a estrutura do problema está nas próprias circunstâncias da existência do Estado e do direito que o regulamentam.

Instituição de Ensino: Universidade Estadual Paulista